



Carlos Caetano Martins*

943 euros por mês e o sonho impossível

Recentemente tentei simular a compra de uma casa. Nada de luxo — só um espaço para pôr um sofá, uma cama e um pouco de esperança. Resultado? Parecia que estava a tentar entrar num clube como o Bilderberg — daqueles onde só entra quem tem contas bancárias com mais zeros do que a esperança da maioria da população.

Vamos aos factos: segundo o Rendimento e Condições de Vida – 2024 (INE), o rendimento mediano nos Açores é cerca de 943€ por mês. Num casal mediano, dá uns incríveis 1 886€ líquidos. Para nos darem um empréstimo o Banco de Portugal diz que a prestação da casa não deve ultrapassar 30% do rendimento, limitando a prestação a 566€ por mês.

Com juros a 3,5%, isso permite obter um crédito bancário de aproximadamente 126.000€. No entanto, ainda exigem que tenhamos 10% para entrada, o que dá umas poupanças de 14.000€. Em resumo: metade da população só consegue comprar casas até 140.000€, e se tiver aquelas poupanças no bolso. Todos os que têm pouco mais que umas moedas no carro, bem podem continuar a sonhar.

E agora vem o detalhe cruel: no concelho de Ponta Delgada, casas a esse preço são criaturas mitológicas — praticamente invisíveis. O Idealista mostra, em agosto de 2025, 10 anúncios, nenhum pronto a habitar, que ou são ruínas ou casas ilegais. Sem telhado, mas com “potencial” (leia-se: buracos), paredes com “personalidade” (ou rachas) e colónias de fungos que mais parecem inquilinas permanentes. Boa sorte em convencer o banco a financiar estes “castelos de escombros”.

E o que fazem os nossos governantes? Um silêncio confrangedor e o eterno desporto nacional: culpar quem tinha o poder anteriormente. “Está tudo caro porque o outro não fez nada.” Meus caros governantes, TODOS vocês estão cá há pelo menos quatro anos — tempo mais do que

suficiente para pelo menos comprar uma calculadora. Foram eleitos para resolver problemas, não para empurrar a bola para o lado ou para sessões de Power Point sem fim.

Entre 2007 e 2010, Ponta Delgada viu nascer cerca de 600 habitações de custos controlados e habitação social. Hoje? Lançam concurso para 17 e fazem mais barulho do que as roqueiras das festas de verão. E esperamos que a execução dos fogos prometidos seja mais rápida do que aquela a que assistimos no triste espetáculo do Mercado da Graça. Apresentam-se “visões estratégicas” em PowerPoint, e entretanto os jovens continuam a viver na casa dos pais... tendo eles já filhos!

E os construtores? Desaparecidos. Faltam profissionais empresários que construam em quantidade. Temos de ter mais pessoas no setor! Que tal isentar os trabalhadores da construção civil do IRS e da Segurança Social durante 10 anos? Aumentava-se instantaneamente o salário real e atraía-se gente para o setor, o que a médio prazo poderá levar a um boom na construção, consequente redução de preços de mercado e a uma maior acessibilidade a todos.

A realidade é dura: o mercado está cheio de casas tipo BMW, mas o país precisa de Dacias habitacionais — que sejam acessíveis, práticos, e não seja necessário vender um rim. Enquanto não houver coragem para mudar, 75% da população fica de fora de 90% do mercado imobiliário — enquanto as ruínas e as casas ilegais ficam a rir da nossa cara.

* *Engenheiro Técnico Sénior/
Dirigente da Iniciativa Liberal Açores*

Pedro Nascimento Cabral anuncia centro de emergência e residência de reabilitação para pessoas em risco de exclusão social

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Pedro Nascimento Cabral, anunciou que, em parceria com o Instituto São João de Deus, serão criados um Centro de Emergência Social e uma Residência de Reabilitação Psicossocial, duas novas respostas sociais que vêm juntar-se ao vasto conjunto de medidas implementadas pelo município para fazer face à problemática de pessoas em situação de sem-abrigo e com dependências.

A informação foi avançada pelo autarca após a reunião ordinária de Câmara, nos Paços do Concelho, onde os termos dos protocolos a celebrar com o Instituto São João de Deus foram aprovados por unanimidade.

Pedro Nascimento Cabral indicou que o Centro de Emergência Social terá capacidade para responder até 30 pessoas em situação de sem-abrigo, dispondo de um gabinete de apoio psicossocial, refeitório e balneários com condições adequadas à realização de higiene pessoal.

“Vamos providenciar obras num edifício da Casa de Saúde que tem acesso directo ao exterior e adaptá-lo para que possamos oferecer a estas pessoas cuidados psicológicos e espa-

ços dignos para a sua alimentação e higiene. Ao mesmo tempo, beneficiarão de todos os serviços complementares já existentes nas instalações do Instituto São João de Deus, nomeadamente da lavandaria”, adiantou.

Por seu turno, o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada explicou que a Residência de Reabilitação Social pretende constituir-se como uma unidade residencial para 10 pessoas com problemas aditivos que tenham cumprido com sucesso o programa de tratamento a que se submeteram.

“Comparticiparemos o financiamento de obras num outro imóvel do Instituto São João de Deus, para que, após tratamento e desintoxicação, 10 pessoas possam ser permanentemente acompanhadas por uma equipa especializada, constituída por profissionais de enfermagem, psiquiatras, psicólogos e animadores sócio-culturais”, fez saber Pedro Nascimento Cabral.

Dado que o valor das obras de reabilitação e adaptação do imóvel onde funcionará a Residência de Reabilitação Psicossocial ascende aos 330 mil euros, o protocolo será submetido à deliberação da Assembleia Municipal

de Ponta Delgada.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada realça que, além dos protocolos com o Instituto São João de Deus promoverem o acolhimento de mais pessoas em risco de exclusão social, vão permitir descentralizar as respostas sociais para outros locais do concelho.

O diagnóstico realizado evidencia que cerca de metade das pessoas sem-abrigo em Ponta Delgada são provenientes de outros municípios, o que reforça a importância de uma actuação descentralizada na ilha de São Miguel, promovendo uma resposta integrada destes problemas sociais junto da comunidade de residência.

O reforço das políticas sociais, o investimento continuado e a articulação com parceiros institucionais consolidam o compromisso da Câmara Municipal de Ponta Delgada em construir uma cidade mais inclusiva, coesa e solidária.

Recorde-se que, em cooperação com o Instituto de Solidariedade Social dos Açores, foi encontrada solução habitacional para mais de 100 pessoas em situação de sem-abrigo ou exclusão social, desde 2021.

Paralelamente, está também ser promovido um protocolo com o Governo Regional para a cedência de terrenos destinados à criação de um conjunto de valências para acolhimento, alimentação e higienização, aumentando a capacidade instalada para dar resposta a esta realidade no concelho.

O Programa de Apoio ao Arrendamento registou uma evolução de 40 beneficiários em 2021 para 170 agregados familiares em 2025. O Fundo Municipal de Solidariedade Social aumentou o seu investimento de 91 mil euros para 238 mil euros no mesmo período. O Programa de Apoio às IPSS passou de 193 mil euros para 870 mil euros, permitindo às instituições reforçar a sua capacidade de intervenção junto da comunidade, enquanto o Programa Zero Desperdício cresceu de 50 para 176 pessoas abrangidas.

No plano estratégico, foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Coesão Social, que reúne representantes de IPSS com sede ou delegação no concelho, e foi implementado, de forma pioneira na Região, o modelo *Housing First*.